

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM AIDS: CONFLITOS E OPORTUNIDADES

Mais de dez anos depois da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida AIDS - ter sido descrita pela primeira vez, inúmeros são os pontos polêmicos e as ambivalências que continuam a circundar as diversas lacunas ainda existentes no conhecimento internacional disponível sob a forma de informação científica e tecnológica.

Atualmente, no Brasil, continuamos a observar a discussão sobre a conveniência ou não da participação do País nos ensaios colaborativos internacionais da vacina anti-HIV, deflagrada com a consulta feita às nossas autoridades de saúde pela Organização Mundial de Saúde, em agosto de 1991.

De fato, tal proposta oferece ingredientes diversos à polêmica da transferência internacional de tecnologia e a dúvida é se esta vai ou não ocorrer dos países industrializados, onde a vacina certamente será fabricada, para o Brasil e outros países em desenvolvimento, onde os testes tenham sido realizados. Os receios - fundamentados - são de que a vacina venha a ter preços inacessíveis no País que aceitou arcar com os riscos, sem que possa, portanto, colher plenamente os benefícios.

Muito pouco, entretanto, se escreve ou se discute sobre a preocupante questão da transferência de tecnologia, seja ela referida ao problema da AIDS ou quando considera novos desenvolvimentos relativos a outros tópicos em medicina.

Na verdade o tema da transferência de tecnologia, apesar da sua atualidade e relevância, não tem sido considerado no ambiente institucionalizado da saúde no Brasil, onde a cooperação científica e tecnológica internacional, quando é debatida, termina apontando para soluções voluntaristas no plano da solidariedade, tomando como referência uma suposta harmonia entre interesses nacionais e internacionais, infelizmente, inexistente. É provável que isto ocorra em nosso País porque o complexo tema das relações entre ciência, tecnologia e saúde ainda carrega muito da ultrapassada noção de assistência técnica que prevaleceu no Sistema das Nações Unidas, no imediato período após a Segunda Guerra Mundial e que era ligada à idéia de "ajuda aos países pobres". Esta concepção traduzia especialmente as posições paternalistas então assumidas pelos Estados Unidos em matéria de cooperação técnica internacional.

Na maior parte das vezes, a transferência de tecnologia em saúde deve ser considerada no âmbito dos programas de comercialização, com todo o cortejo de conflitos e oportunidades que, na atualidade, se apresentam no plano das relações internacionais, especialmente tendo em conta a atual divisória Norte-Sul.

Quando aplicada à área da saúde, a expressão transferência de tecnologia contempla tanto as tecnologias de produto e de processos industriais, quanto as tecnologias de organização e gestão dos serviços de saúde; portanto, tanto a informação científica e tecnológica corporificada em elementos tangíveis como equipamentos laboratoriais, drogas, reativos para diagnósticos, vacinas, etc, quanto em elementos intangíveis como normas, procedimentos, condutas, etc.

A contribuição do Brasil na pesquisa científica em AIDS e mesmo na pesquisa e desenvolvimento da vacina não será iniciada com o envolvimento do País em eventuais ensaios controlados, considerando-se que este envolvimento já se processa desde 1983-1984, quando o vírus HIV foi identificado em estudos sorológicos e epidemiológicos. Tais estudos revelaram que o HIV vinha se disseminando de modo alarmante por todo o mundo, identificando-se cepas científicas de origem geográfica diversa, entre as quais, a proveniente de certas regiões do Brasil.

Um dos problemas potenciais no desenvolvimento de uma vacina contra a AIDS decorre justamente desta variabilidade, pois, como mostram os estudos da variação encontrada no seqüenciamento dos ácidos nucléicos de cepas diversas, a composição dos aminoácidos do envoltório de glico-proteínas e que é o agente imunizante varia em mais de 20%.

Para todos esses avanços no conhecimento sobre a doença muito contribuíram os pesquisadores brasileiros, oferecendo, orgulhosamente, e sem nenhum ônus financeiro, os resultados de suas pesquisas biomédicas e epidemiológicas à comunidade científica mundial, seja publicando em revistas científicas, seja participando de congressos e comitês, graças ao apoio, em geral farto, das agências internacionais. Muito resultou, certamente, deste intercâmbio de informações Norte-Sul e que se processa em dupla mão: o genoma das nossas cepas, afinal de contas, viaja nas informações referentes a antígenos, anticorpos e também nos vírus presentes em soros contaminados e que são levados ao exterior através de "livre" cooperação científica entre pesquisadores e instituições.

Quando se indaga sobre quais problemas de saúde estão merecendo tratamento prioritário no financiamento internacional para pesquisas, verifica-se que os fundos investidos em programas para doenças infecciosas e parasitárias, entre os quais a malária e a doença de Chagas, representam minguados vinte dólares por ano e por morte. Para pesquisas sobre a AIDS seguem seiscentos dólares por ano e por morte e esta diferença indica o risco desse já enorme investimento deslocar os recursos financeiros destinados às pesquisas em outros urgentes problemas de saúde, típicos do Terceiro Mundo.

É evidente que a vacina da AIDS será de enorme interesse para o Haiti, de inestimável importância para o Brasil e outros países com epidemias emergentes de AIDS. Esta importância certamente será ainda maior para a África e a Ásia.

Embora reconhecendo o imenso significado da AIDS para a saúde global e os problemas que cercam a discussão sobre benefícios sociais e a atribuição de valores monetários à vida humana, é inegável, entretanto, que a força principal que impulsiona os vultuosos recursos financeiros destinados à pesquisa dessa enfermidade traduz a resposta dos países da

Organização da Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente Estados Unidos e França, a um grave problema que afeta seus próprios interesses nacionais. Não é, portanto, o caso de supor ingenuamente que uma vacina formulada para os mercados da OCDE seja necessariamente adequada às necessidades dos países do Terceiro Mundo: também os genomas das cepas virais do HIV são diferentes em países ricos e em países pobres. Sugere-se que vacinas multivalentes poderão assegurar altos níveis de efetividade, tanto nos países menos desenvolvidos quanto nas ricas economias da OCDE, oferecendo, assim, a solução técnica para o drama da variabilidade nessa doença.

As soluções técnicas a tais aspectos específicos não serão, certamente, o "Deus ex-machina" que permitirá a superação do imenso *apartheid* tecnológico Norte-Sul existente nessa enfermidade e em toda a carga mundial de doenças que pesa sobre os ombros da humanidade.

A abordagem da transferência de tecnologia em AIDS recomenda, portanto, a avaliação estratégica das vantagens e desvantagens que poderão ser extraídas de um protocolo de pesquisa de cooperação internacional, onde a apreciação dos riscos tecnológicos deverá agregar as preocupações com o agravamento da dependência em grau inconveniente para as instituições acadêmicas e para o País. A opção tecnológica não pode e não deve ser desvinculada do conceito de dependência, em especial quando se trata de transferir tecnologia internacionalmente.

Graças à orfandade comercial e internacional de muitas doenças infecciosas e parasitárias endêmicas e epidêmicas, elas constituem um ótimo campo onde a intervenção do Estado, conjugada à capacidade das universidades e institutos de pesquisa e às oportunidades empresariais na busca de resultados sociais de longo prazo, poderá traduzir-se também na auto-suficiência do País no setor estratégico da biotecnologia industrial.

Para tanto será fundamental que a Nação fomente ao máximo a capacitação endógena em ciência e tecnologia, direcionando-a para objetivos sociais concretos, em um projeto de desenvolvimento apoiado em bases dignas, em uma nova ética na qual as prioridades em matéria de saúde pública espelhem consensos legítimos. Será somente nesse novo marco que o Brasil poderá, realmente, ajudar a decifrar a AIDS e reduzir as suas imensas repercussões sociais negativas.

*Márlia Bernardes Marques
Médica, Professora e Pesquisadora
Coordenadora do Núcleo de Estudos e
Ciência Tecnológica/FIOCRUZ*